

O Mito da “Flor Exótica”: Reflexões sobre o conceito de influência imigrante e de imprensa libertária na formação da Classe Operária Brasileira

Fábio da Silva Sousa¹

Resumo: O conceito de *influência* foi largamente utilizado pela historiografia em buscar ligações entre o processo de independência e a formação da classe e do movimento operário brasileiro. Nesse texto, pretendo discorrer sobre os problemas do uso desse conceito na elucidação de tais processos históricos, discutirei as novas opções conceituais de interpretação, além, de buscar uma simetria entre o processo de independência e da gênese do anarquismo no Brasil, e, dos panfletos políticos do período monárquico com a imprensa operária republicana.

Palavras chaves: influência, independência, imprensa operária.

Abstract: The concept of *influence* has been widely used by historiography in the search of relations between the process of independence and class formation and of Brazilian labor movement. In this text, it will be presented the problems involved in the use of this concept when elucidating the historical processes mentioned, and it will also be discussed new concepts available for interpretation. Moreover, it will be presented an attempt of searching symmetry between the process of independency and the origin of anarchism in Brazil, and also between the political pamphlets of the monarchical period and the republican labor press. Key words: influence, independency, labor press.

¹ Mestrando em História pela UNESP.

A rebelião revelava-se num olhar, numa inflexão da voz; no máximo, num cochicho ocasional. Mas os proles, se de algum modo adquirissem consciência de seu poderio, não precisariam conspirar. Bastava-lhes levantarem-se e sacudir-se, como um cavalo sacode as moscas. Não se revoltaram enquanto não se tornarem conscientes, e não se tornaram conscientes enquanto não se rebelarem.

George Orwell, 1984

Influência: da Independência ao anarquismo verde-amarelo.

Uma grande parte de nossa historiografia registrou em suas páginas que os primeiros desejos de Independência da colônia portuguesa do Novo Mundo, em relação à Metrópole do Velho Mundo, foram *influenciados* pelo Iluminismo ou Ilustração advinda da Revolução Francesa, e, pelo exemplo da Independência das treze colônias inglesas, processo que originou a fundação dos Estados Unidos da América. Para essa historiografia, tais influências estavam presentes na Conjuração Mineira de 1789, na Conjuração Baiana de 1798 e na Revolução Pernambucana de 1817. Todavia, de todas essas manifestações, a mais emblemática foi a Conjuração Mineira. Muito do seu poder simbólico deve-se à construção realizada da imagem do alferes do Regimento dos Dragões de Minas Gerais, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, pelo regime de Getúlio Vargas a partir de 1930, cujo melhor exemplo se encontra na obra do historiador brasileiro Kenneth Maxwell. Em seu estudo clássico da Conjuração Mineira, para Maxwell, os jovens estudantes da Universidade de Coimbra, a Geração de 1790, foram muito influenciados pelo conceito de liberdade iluminista, e procuraram transpor tal pensamento revolucionário num projeto de independência da colônia portuguesa do Novo Mundo com sua metrópole lusitana (Ibidem, 191).

Outra leitura sobre esses estudantes de Coimbra foi elaborada por Maria Odila da Silva Dias, no texto *Aspectos da Ilustração no Brasil*. Bem diferentes dos ilustrados revolucionários estudados por Maxwell, esses jovens de Coimbra pesquisados por Silva Dias estariam preocupados em desenvolver a agricultura na colônia, com o objetivo de modernizá-la e inseri-la na cultura eurocêntrica do final do século XVIII. Imbuídos por

esse ideal, esse estudantes não eram entusiastas de uma separação da colônia diante da metrópole “(...) conscientes de ser indispensável transformar e adaptar as receitas européias aos problemas brasileiros, muito diferentes dos que assolavam a Metrópole, - não pensavam em independência e separação” (DIAS, 1968: 146). A crítica à independência estava no seu efeito paralisador dos projetos desses indivíduos. Ou seja, a Ilustração que esses jovens trouxeram para a colônia não era de ideais de liberdade, e sim, de sofisticação agrícola e material, cujo desenvolvimento da natureza deveria ser promovido, independente do regime de governo ao qual a colônia estaria submetida.

Avançando no tempo, há uma literatura sobre a formação da classe operária brasileira, que interpreta como fundamental o papel do imigrante em sua organização. Na historiografia clássica do tema, essa influência européia recebeu a denominação de *planta exótica*, que nos estudos pioneiros de Boris Fausto, explicaria a origem estrangeira do proletariado e da conseqüente introdução e hegemonia da corrente anarquista no início da república brasileira “(...) o anarquismo se converteria na principal corrente organizatória do movimento operário, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo” (FAUSTO, 1977: 62). Para Nelson Werneck Sodré, o proletário brasileiro era recrutado no campo e o seu contato com trabalhadores imigrantes europeus foi significativo, pois os mesmos trouxeram consigo uma grande consciência de classe, resultado de sua experiência com o pensamento anarquista, que segundo os seus estudos, estava mais difundido em imigrantes italianos, espanhóis e portugueses (Cf. SODRÉ, 1999: 313). Seguindo a mesma linha teórica, Maria Nazareth Ferreira afirmou que o advento do operário imigrante iniciou o processo de politização do proletário brasileiro, cujo principal veículo de difusão de seus ideais sociais estava na criação e difusão de uma imprensa operária, com efetiva participação de intelectuais engajados:

Assim, os inúmeros jornais aparecidos por iniciativa dos intelectuais foram armas importantes, que levaram as idéias à discussão, criaram o hábito de leitura e prepararam o terreno para o surgimento da imprensa operária na virada do século, que com a participação dos operários imigrantes, em outra conjuntura, iriam produzir os primeiros frutos da luta social (FERREIRA, 1978: 46).

Todavia, tratarei da imprensa operária mais adiante. No momento, gostaria de demonstrar que esse *mito da flor exótica* foi fruto de estudos de 1960, resultados das sínteses sociológicas do período. Novos estudos referentes não apenas ao operariado do

Brasil, mas aos *excluídos da história*, surgiram a partir da década seguinte, rediscutindo e em alguns casos, *demolindo* o que havia sido produzido pela historiografia até aquele momento. Para Cláudio Batalha, essa renovação foi resultado de acesso a documentos ainda não pesquisados, e, também, de uma mudança de foco do campo historiográfico, cujas análises tradicionais e puramente estruturais do marxismo clássico cederam lugar a estudos referentes à história cultural e pesquisas voltadas ao indivíduo, no lugar de grupos sociais (Cf. BATALHA, 2003: 165-170). Como exemplo pioneiro do início dessa crítica, citaria o estudo de Edgard Carone sobre o movimento operário brasileiro, cujas particularidades, em sua análise, estariam na desigualdade do desenvolvimento regional e na sua cronologia de acontecimentos:

Se quisermos usar de uma metáfora, podemos dizer que o movimento operário vem ao Brasil “empacotado”: nada é original, nada é sui-generis (...) No entanto, nenhum processo se faz somente no sentido mecânico. Se quisermos usar de outra metáfora, podemos dizer que o movimento operário brasileiro reflete como um “espelho” a realidade da Europa, mas, como todo espelho reflete a imagem deformada, podemos dizer que é outro o indivíduo devolvido pelo espelho. O mesmo precisa ser dito sobre a nossa experiência proletária, que se modela pela sua matriz, mas que reflete grau e ritmo de desenvolvimento particulares, reflexo das condições do subdesenvolvimento da nossa sociedade (CARONE, 1979: 05).

Para Carone, devemos estudar a dinâmica interna do operariado brasileiro e perceber as peculiaridades desse grupo social, não aceitando a interpretação estruturalista clássica, de que a gênese de sua formação política, consciente e identitária surgiram com a difusão da Anarquia trazida por imigrantes europeus. Reforçando essa afirmação, estudos dedicados ao campo da imigração realizada por Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, demonstraram que muitos imigrantes europeus vinham de zonas rurais e não tiveram participação política em seus países de origem, tendo contato com o anarquismo e com organizações operárias aqui no Brasil (Cf. BATALHA, 2001: 150). Essa afirmação é bastante ressaltada por Batalha, ao demonstrar que nem todos os imigrantes vindos da Itália viam-se como *italianos*, muitos se consideravam “como vênetsos, lombardos, napolitanos e calebreses” (BATALHA, 2000: 07).

Além disso, essa heterogeneidade estava presente nos próprios brasileiros fabris do período, o que nos leva a concluir que essa interpretação clássica de que a politização do operariado do Brasil, por imigrantes, por meio do seu contato com o anarquismo, não foi um processo tão simples ou homogêneo, como bem demonstrado na dissertação recente

de Rodrigo Rosa da Silva: “(...) ao se traçar um perfil da classe operária brasileira deve-se considerar a multiplicidade de origens étnicas, a grande diversidade de culturas e línguas que compunham essa classe durante as primeiras décadas do século XX” (SILVA, 2005: 11). Segundo esse autor, a teoria da *planta exótica* foi criada pelas autoridades brasileiras, que acusavam os imigrantes de serem *agitadores estrangeiros*, e, com base nesses argumentos xenófobos, o Estado e o empresariado da época encontrou a justificativa para a utilização de uma brutal repressão que recaiu sobre os movimentos operários e em especial sobre os imigrantes, que eram constantemente expulsos do país.

No campo jurídico, foi criado em 07 de janeiro de 1907, a Lei de nº 1.641, apelidada de *Lei Adolfo Gordo*, que determinava a expulsão de operários estrangeiros envolvidos em agitações. Torna-se relevante citar, que essa mesma regra foi utilizada na primeira fase do governo de Getúlio Vargas, de 1930 até 45, para reprimir e expulsar estrangeiros ligados em atividades políticas de propaganda anarquista e principalmente comunista. Abaixo, seguem alguns trechos da citada lei:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1. O estrangeiro que por qualquer motivo comprometer a segurança nacional ou a tranqüilidade pública pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional.

Art. 2. São também causas bastantes para a expulsão:

1a) a condenação ou processo pelos tribunais estrangeiros por crimes ou delitos de natureza comum;

2a) duas condenações, pelo menos, pelos tribunais brasileiros, por crimes ou delitos de natureza comum;

3a) a vagabundagem, a mendicância e o lenocínio competentemente verificados.

*Art. 4. O Poder Executivo pode impedir a entrada no território da República a todo estrangeiro, cujos antecedentes autorizem incluí-lo entre aqueles a que se referem os arts. 1º e 2º.*²

Protestos, reivindicações e organização política eram considerados atividades “comprometedoras da segurança nacional” e “delitos de natureza comum”. Conforme exposto anteriormente, muitos estrangeiros foram expulsos do Brasil em dois períodos distintos por

² A versão on-line dessa lei pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: <<http://recollectionbooks.com/bleed/ArchiveMirror/ArquivoDeHist%F3riaSocialEdgarRodrigues/Lei%20Adolfo%20Gordo.htm>>. Acesso em 17 jul. 2009.

essa lei, pela tese comum de que eles trouxeram o anarquismo e a rebeldia para o operariado da nascente república brasileira.

Imprensa: dos panfletos políticos do período monárquico à imprensa libertária republicana

Quando as palavras começaram a ser registradas em papel com o advento do impresso e da grande difusão e circulação de livros, o saber se tornou uma forma de poder. Ler se tornou uma grande forma de distinção social e as bibliotecas se tornaram símbolos do prestígio de seus donos (Cf. CHARTIER, 1992: 211-238), e desse processo tivemos a criação da imprensa, caracterizada por periódicos, jornais ou folhetins.

No Brasil, a imprensa surgiu em 1808 com a transferência de D. João VI e da corte real lusitana. Mais do que todas as conseqüências e acontecimentos que tal transferência causou, o que mais nos interessa no momento foi a criação da imprensa régia. Até aquele momento, era proibido imprimir na colônia, pois a metrópole portuguesa não julgava viável esse processo, uma vez que o território do *Novo Mundo* devia ser apenas uma fornecedora de matéria-prima. Essa proibição, datada de 1747, foi uma das muitas restrições impostas à colônia por Portugal. Assim devido a essa lei, “(...) qualquer pequeno escrito original que surgisse no Brasil colonial deveria forçosamente ser publicado na Europa ou permanecer na forma de manuscrito” (LUSTOSA, 2003: 22).

A chegada da Corte em 1808 foi um fato inédito e que propiciou mudanças, principalmente sobre essa questão da produção impressa: “(...) criação da imprensa régia no Brasil teve propósitos de resolver a demanda de uma corte recém instalada. Havia a necessidade de se fazer imprimir os atos do governo e de divulgar notícias interessantes a Coroa” (Ibidem, 08). Esse estímulo à criação dos primeiros impressos por parte da coroa lusitana também criou a possibilidade de uma circulação de folhas e informações no território colonial, o que propiciou mudanças, tal como assinalou Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça, o Hipólito da Costa, autor da iniciativa à publicação do primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*, no dia 1º de Junho de 1808.

Mesmo sendo publicado em Londres, já que na época Hipólito residia na Inglaterra, o jornal dava aos residentes da colônia portuguesa do *Novo Mundo*, a oportunidade de se manterem informados sobre as guerras napoleônicas, o processo de independência na América Espanhola, entre outras notícias sobre o mundo. Esse periódico

ainda tinha outro objetivo, que era atingir os *corações e mentes* dos seus leitores, chamando a atenção dos mesmos “(...) para o caráter daninho do absolutismo ou qualquer forma de despotismo” (Ibidem, 17). O Correio Braziliense tinha boa parte de seu conteúdo, “(...) dedicado a comentar e a criticar as autoridades portuguesas e os seus equívocos administrativos” (Ibidem). Por esse perfil, já podemos perceber que com a instalação da imprensa, a coroa não detinha controle total do que passou a ser publicado e circulado no interior de sua antiga colônia. Além disso, pelas suas páginas, o Correio Braziliense circulava idéias e conceitos que antes os residentes na colônia tinham dificuldades em acessar.

Todavia, essa função impressa não ficou retida apenas nesse renomado periódico. Pouco mais de uma década depois de sua fundação, panfletos políticos começaram a circular no vice-reino do Império português. Segundo Lúcia Maria Bastos Pereira Neves, a Revolução Liberal do Porto em 1820, abalou a estrutura do Império luso-brasileiro e incentivou um imenso debate no futuro Brasil:

(...) idéias liberais e constitucionais inauguraram, por conseguinte, no mundo luso-brasileiro, um intenso debate de idéias, possibilitando um novo relacionamento do indivíduo e da sociedade com o poder da Coroa e vislumbrando a constituição de um pacto social. Todas essas novidades foram estimuladas pela circulação cada vez mais intensa de folhetos, panfletos e periódicos, que chegavam de Lisboa ou que se imprimiam no Rio de Janeiro ou em Salvador (NEVES, 2005: 400 – grifo meu).

Essa circulação, destacada no trecho citado, foi incentivada pelo preço reduzido dos folhetos e pela sua disponibilidade de acesso. Um dos maiores efeitos dessa demanda foi a criação de uma rede de informações polêmicas, o que possibilitou, inclusive, a abertura de uma discussão política entre a população sobre as questões relativas à Monarquia. Como exemplo, a autora discorreu em seu texto com a repercussão da disputa entre Coimbrãos e Brasilienses. Os primeiros eram liderados por José Bonifácio, enquanto os segundos, com postura mais radical, tinham como figura de frente Gonçalves Ledo. Para a autora, a imprensa foi fundamental nesse embate no qual os Coimbrãos de Bonifácio saíram vitoriosos, pois “(...) os membros desse grupo de Ledo não tiveram grande oportunidade de defesa, pois seus canais de expressão – *O Correio do Rio de Janeiro* e o *Revérbero Constitucional Fluminense* – não mais circulavam” (Ibidem, 400), o que ilustra o grande poder da imprensa na época.

Essa esfera pública que teria sido criada pela leitura desses folhetos foi trabalhada com mais propriedade por Neves no texto *O privado e o público nas relações culturais do Brasil com Portugal e França (1808 – 1822)*. Dando continuidade ao texto anterior, neste trabalho, a autora procurou demonstrar que, como consequência da criação da imprensa e de um aumento da cultura escrita, o poder público, representado pelo Estado, começou a censurar impressos que traziam em suas páginas notícias referentes à França Revolucionária, pois havia o temor uma possível inspiração desse acontecimento europeu nas terras da antiga colônia portuguesa: “Ao reforçar, porém, a vigilância do poder oficial contras os *abomináveis princípios franceses*, dava-se igualmente início a um processo de ingerência do poder público nas relações culturais” (NEVES, 1999: 97).

Essa censura não ficou apenas restrita às folhas impressas, pois atingiu inclusive pessoas de nacionalidade francesa, que eram perseguidas e até expulsas do vice-reino: “Até à paz europeia de 1815, a inquietação maior recaiu sobre os franceses, que, por qualquer incidente, acabavam sendo conduzidos à prisão e, algumas vezes, expulsos do país, ainda que pudessem provar inocência” (Ibidem: 99).

Percebe-se uma simetria entre essa repressão que se abateu sobre os franceses no século XIX e as ações estatais contra os imigrantes no começo do século XX no Brasil, trabalhado no tópico anterior. Nos dois casos, as manifestações de oposição à ordem estabelecida foram entendidas como influências intelectuais vindas de fora, na forma da Ilustração e da Anarquia, e a repressão contra essas *idéias fora de lugar*³ foi similar, com apreensão de periódicos e com a expulsão de estrangeiros do território colonial e republicano. Todavia, para Neves essa interpretação ancorada no conceito de influência possui limites, pois:

(...) no âmbito do privado de uma sociedade ainda escravocrata, tocada pelas Luzes apenas nas fimbrias de uma elite intelectual reduzida, as idéias não dispunham de ar suficiente para transformarem-se em mercadorias, destinadas à arena política, em que pudessem decidir-se os interesses dos sectores dominantes (Ibidem: 111).

Algumas considerações devem ser levantadas. Em seu texto, Neves não informa se os panfletos políticos possuíam títulos ou não, o que nos deixa em dúvida sobre a regularidade de sua publicação. Outro aspecto pouco trabalhado pela autora foi do conceito

³ SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”. In: _____. *Cultura e Política*. 2º Ed. São Paulo: Paz e Terra, pp. 59-83. 2005.

de *sedição*, conseqüente da leitura de tais publicações. Assim como a imprensa operária, esses panfletos tinham como objetivo seduzir os seus leitores, influenciando em sua opinião sobre os acontecimentos políticos e se colocando como defensores de uma suposta opinião pública. Ao trabalhar com essa forma de imprensa, deve-se perceber a importância da *sedição*, pois nas palavras de Robert Darnton, ao estudar os escritos proibidos do período da Revolução Francesa:

Deve-se entender a sedição não como uma tomada de armas nem como uma violência esporádica contra as autoridades, e sim como um desvio que, mediante o texto e no texto, se instaura com relação às ortodoxias do Ancien Régime (...) A literatura clandestina propõe opiniões, recusa as normas, suspeita da autoridade e reconstrói hierarquias (DARNTON, 1992: 11).

Além disso, o conceito de opinião pública da imprensa não é tão simples. Em um artigo, Maria Helena Rolim Capelato desnuda a concepção liberal de que a imprensa, representando o Quarto Poder⁴, deveria ser imparcial, ao mostrar como os jornais transformaram-se em instrumentos de poder político, controlando os abusos dos governos, ao mesmo tempo em que procuravam impedir uma formação de consciência advinda do próprio povo: “Os representantes dos jornais se definiam como orientadores, formadores e modeladores de opinião pública para controlar a capacidade de pressão da mesma” (CAPELATO, 1992/93: 64).

Tais panfletos também possuíam um projeto de uma pedagogia cívica. Por meio da leitura de seus escritos, os autores por detrás dessas páginas impressas seriam mediadores de uma educação voltada aos seus leitores. Percebemos projetos parecidos também na imprensa operária brasileira. Preocupados com a alta taxa de analfabetismo presente na classe trabalhadora e como este fato dificultava a divulgação de seus ideais entre os mesmos, os operários gráficos voltaram seus olhos à educação de seus militantes por meio dos jornais, já que somente assim ocorreria um verdadeiro engajamento do trabalhador na luta anarco-sindical.

O pensamento educacional defendido no interior dessas páginas de combate estava de acordo com a visão de mundo apregoada pelos operários ácratas. Para esses militantes libertários, a educação burguesa tradicional, tanto a oferecida pelo seu aparelho estatal quanto à educação mantida por instituições religiosas, estava preocupada apenas em

⁴ O conceito de Quarto Poder, que caracteriza a imprensa liberal, foi criado em 1828, na Inglaterra pelo político e literário Thomas Macauley. Segundo ele, a imprensa por ser imparcial e sempre estar à busca da verdade, teria como função vigiar os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

condicionar e neutralizar qualquer sentido de liberdade presente no indivíduo, deixando-o conformado com o *status quo* e com o sistema capitalista. Nesse sentido, a educação teria que ser totalmente livre, para ajudar que essas pessoas adquirissem *consciência* de seu estado de escravidão e lutassem pela sua liberdade.

O renomado periódico operário A Plebe⁵ tratou dessa questão na sua edição de 05 de março de 1920: “A instrução que fornecem é tendenciosa, incompleta, saturada de preconceitos, impregnada de supertições, visando a perpetuação deste regime corrupto e usurpador” (A Plebe. 05/03/1920). Notamos que o periódico libertário estava consciente do seu papel didático e pedagógico, pois em suas páginas há reportagens, propagandas e até mesmo, listagem de livros sugeridos para leitura, cujo objetivo foi realizar um esforço de aprendizagem, abarcando a educação formal e informal de seus leitores. No entanto, seria muita ingenuidade achar que a educação proposta por essas folhas ácratas era totalmente livre. Apesar do seu discurso, esse projeto pedagógico também foi tendencioso, pois, essas publicações libertárias tinham objetivos claramente definidos, assumindo uma postura política clara e se colocando contra o regime republicano estabelecido.

Pelo que foi apresentado até o momento, seria tentador afirmar que os jornais produzidos pelo movimento operário brasileiro foram continuadores dos panfletos políticos que circularam no período monárquico. Todavia, uma afirmação como essa deixaria de fora vários aspectos distintos, tanto dos períodos mencionados, quanto dos impressos contestatórios que foram produzidos em cada momento de nossa história. Mesmo assim, percebemos que, em alguns pontos, essas páginas clandestinas possuem uma semelhança em seus discursos e em seus projetos políticos. Contudo, cada texto tem a sua peculiaridade e devemos estar cientes disso ao estudar essa forma de escrita impressa.

Considerações Finais: entre Influência e Circularidade

Pesquisar movimentos rebeldes e de contestação na Monarquia e na República brasileira exige um cuidado. Nos exemplos dos tópicos acima, procurei demonstrar como o conceito de *Influência*, muito usado para caracterizar os jovens estudantes de Coimbra e os imigrantes europeus, é passível de críticas e insuficiente na compreensão histórica desses

⁵ A Plebe circulou de 1917 até 1949 e teve um papel bastante forte de resistência na primeira fase do governo de Getúlio Vargas. Inclusive, ao referir-se a Vargas, esse periódico estampava em suas páginas que o presidente era “*Pai dos pobres e mãe dos ricos*”. Para mais detalhes, consultar: RODRIGUES, Edgar. *Pequena História da Imprensa Social no Brasil*. Florianópolis: Editora Insular, 1997.

acontecimentos e fatos da nossa cronologia. No dicionário Houaiss, *Influência* é definida como “Poder de se produzir um efeito sobre os seres ou sobre as coisas, sem aparente uso da força ou do autoritarismo. Autoridade política ou intelectual adquirida por um país, uma cultura, um movimento de idéias, numa dada época e dado lugar” (HOUAISS, 2001: 1615). Dito isso, como procurei mostrar, o emprego desse termo impede um estudo preciso de cada tema pesquisado, pois, ele gera uma forma de explicação estrutural geral e deixa de lado as peculiaridades, os pontos incomuns e os desencaixes dos objetos e das fontes produzidas em cada etapa da história brasileira. *Influência* tornou-se um conceito limitado e atrasado, pois, outras ciências humanas, como a Sociologia e a Literatura, já pararam de utilizar a essa forma de interpretação em seus estudos. Por tudo que foi colocado, escolhi trabalhar com o conceito de circularidade de idéias.

Pela circularidade, podemos perceber as várias faces da introdução da Ilustração em nosso continente, seja pela rebeldia republicana trabalhada por Maxwell ou pelo afã científico investigado por Maria Odila da Silva Dias. Já no período republicano, podemos afirmar que a imigração européia do início do século XX no Brasil foi motivada por diversos fatores. Esses imigrantes se constituíram em um grupo heterogêneo e a concepção social do pensamento anarquista penetrou na iniciante classe operária por diversos meios. Não faz mais sentido acreditar que essa *flor exótica libertária* foi trazida pelos imigrantes, e, apenas por isso, os operários brasileiros começaram a ter uma consciência de sua situação como classe social e, por esse processo, iniciaram a sua organização de contestação da ordem estabelecida. Essa explicação é muito simplista, estrutural e não satisfaz mais às perguntas investigativas de qualquer pesquisa. O mesmo pode ser dito sobre as folhas impressas de combates, onde podemos estender essa crítica para a imprensa alternativa. Pelas similitudes existentes entre os panfletos políticos do período monárquico e a imprensa libertária do início do século XX, poderíamos cair no equívoco de afirmar que os primeiros influenciaram no conteúdo e na estrutura da segunda. Contudo, isso nos impediria de perceber que cada texto tem um discurso e uma composição diferente, tanto em seus objetivos, como na forma de seduzir o público e de se colocar contra o *status quo*.

A História, como ciência e disciplina, é mutável. O historiador ao adentrar e explorar o passado sempre está pensando em questões do seu contemporâneo, do seu presente. E essa é uma das grandes heranças deixadas pelos estudos de Marc Bloch e Lucien Febvre, que se constituíram na tão referenciada Escola dos Annales. Em certo momento, explicar a Ilustração e o Anarquismo como Influência do republicanismo da

Revolução Francesa e das experiências sociais de europeus foi suficiente para satisfazer as perguntas que eram realizadas naquele tempo. Contudo, é insuficiente agora, afinal, o presente muda, as perguntas mudam e as respostas também devem mudar.

Referências Bibliográficas.

BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.p.80.

_____. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetória e Tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 4º ed. São Paulo: Contexto, p. 148-157. 2001.

_____. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, p. 163-189. 2003.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou Ofício do Historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.p.160.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Trad. Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.p.192.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Controle da Opinião e os Limites da Liberdade: Imprensa Paulista (1920 – 1945). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 12, nº 23/24, p.55-75, 1991/92.

_____. *A imprensa na história do Brasil*. 2º ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.p.78.

CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.p.578.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.p.196.

CHARTIER, Roger (Org). *Práticas de Leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.p.266.

_____. Textos, Impressão e Leitura. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Trad. Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, p. 211-238, 1992.

DARNTON, Robert. *Edição e Sedição. O universo da literatura clandestina no século XVIII*. Trad. Myriam Campello. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.p.262.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 278, p.105-170, 1968.

Dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.p.3008.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890 – 1920)*. São Paulo: Difel, 1977.p.284.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil. 1880 – 1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.p.164.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.p.71.

MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal. 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.p.318.

_____. *Chocolate, Piratas e Outros Malandros*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.p.468.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. Os panfletos políticos e o esboço de uma esfera pública de poder no Brasil. In: ABREU, Marica; SCHAPOCHNIK, Nelson (Orgs.). *Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, p.399-411. 2005.

_____. O privado e o público nas relações culturais do Brasil com Portugal e França (1808-1822). In: *Ler História*. Lisboa/Portugal, v. 37, p. 95-111, 1999.

ORWELL, George. 1984. Trad. Wilson Velloso. 18º ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.p.277.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Trad. Denise Bottmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.p.332.

RÉMOND, René. *O Século XX: de 1914 aos nossos dias*. Trad. Octavio Mendes Cajado. 2º ed. São Paulo: Cultrix, 1997.p.207.

RODRIGUES, Edgar. *Pequena História da Imprensa Social no Brasil*. Florianópolis: Editora Insular, 1997.p.158.

SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”. In: _____. *Cultura e Política*. 2º Ed. São Paulo: Paz e Terra, p. 59-83. 2005.

SILVA, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930-1940)*. Tese de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP): Campinas, 2005.p.188.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4º ed. Rio de Janeiro: Maud, 1999.p.502.

